

Prisões simbólicas das adolescentes no sistema socioeducativo: uma realidade que a escola se recusa a ver

Symbolic arrests of adolescents in the socio-educational system: a reality that the school refuses to see

Arrestations symboliques d'adolescents dans le système socio-éducatif: une réalité que l'école refuse de voir

Elen Alves dos Santos
Universidade de Brasília
elenpsi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8850-2117>

Viviane Neves Legnani
Universidade de Brasília
vivilegnani@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6362-1443?lang=en>

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino
Universidade de Brasília
luciahelenaczp@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4701-2872>

RESUMO

Este artigo apresenta concepções do que é ser mulher para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Visa problematizar como essas concepções, sem uma orientação crítica, que poderia ser construída na escola e no âmbito socioeducativo, tornam-se fatores de risco para a conduta infracional das adolescentes, antes e após o cumprimento da medida socioeducativa. A pesquisa se utilizou do método qualitativo. Os resultados evidenciaram que as adolescentes tentam um afastamento do padrão de mulheres submissas aos homens na conduta infracional. Essa conduta teve como fator motivador a obtenção de bens de consumo, para manutenção de um padrão de ideal estético. Os dados apontaram ângulos de análise diferentes do que indica a literatura especializada sobre o tema, ou seja, sobre as questões de gênero na adolescência. Aspectos esses que podem ser úteis para os sistemas escolar e socioeducativo repensarem seu papel junto a essas adolescentes.

Palavras-chave: Adolescentes. Violência. Gênero. Direitos humanos.

ABSTRACT

This article presents conceptions of what it is to be a woman for adolescents in compliance with a socio-educational measure. It aims to problematize how these conceptions, without a critical orientation, which could be built at school and in the socio-educational context, become risk factors for the infraction of adolescents, before and after the fulfillment of the socio-educational measure. The research used the qualitative method. The results showed that adolescents try to move away from the pattern of women submissive to men in the offense. This conduct was motivated by obtaining consumer goods, to maintain a standard of aesthetic ideal. The data showed different angles of analysis than indicated by the specialized literature on the subject, that is, on gender issues in adolescence. These aspects can be useful for the school and socio-educational systems to rethink their role with these adolescents.

Keywords: *Adolescents. Violence. Genre. Human rights*

RÉSUMÉ

Cet article présente des conceptions de ce que c'est d'être une femme pour les adolescents dans le respect d'une mesure socio-éducative. Il vise à problématiser comment ces conceptions, sans orientation critique, qui pourraient être construites à l'école et dans le contexte socio-éducatif, deviennent des facteurs de risque d'infraction des adolescents, avant et après l'accomplissement de la mesure socio-éducative. La recherche a utilisé la méthode qualitative. Les résultats ont montré que les adolescents tentent de s'éloigner du schéma de soumission des femmes aux hommes dans l'infraction. Cette conduite était motivée par l'obtention de biens de consommation, pour maintenir un standard d'idéal esthétique. Les données ont montré des angles d'analyse différents de ceux indiqués par la littérature spécialisée sur le sujet, c'est-à-dire sur les questions de genre à l'adolescence. Ces aspects peuvent être utiles à l'école et aux systèmes socio-éducatifs pour repenser leur rôle auprès de ces adolescents.

Mots-clés: *Adolescents. La violence Genre Droits de l'homme*

Introdução

Os/as adolescentes cumprem medida socioeducativa quando cometem um ato infracional que seja análogo ao crime e/ou a contravenção penal; a medida tem uma proposta educativa, conforme esclarece o artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). É importante esclarecer que na legislação brasileira não se utiliza o termo “prisão” para adolescentes até os 18 anos de idade. Neste texto, utiliza-se o referido termo por dois motivos: o primeiro é que nossa discussão se voltará para adolescentes mulheres cumprindo medida socioeducativa. Em nossa concepção, as mulheres, desde que são concebidas, são submetidas a uma espécie de prisão simbólica. Podemos pensar nesse

aprisionamento porque elas têm suas vidas moldadas para e pelo outro como mães, esposas, como também pelo rígido papel a cumprir como adolescentes e mulheres. Vivenciam espaços e regras cotidianas, muitas vezes obedecendo, mesmo sem saber, supostas autoridades dentro de uma sociedade regida por normativas patriarcais, conforme discute Lagarde (2011). O outro motivo é para apontar que a ausência de educação para os direitos humanos nas escolas públicas torna as adolescentes “objetos” de uma sociedade e essa posição as aprisiona, dificultando processos de subjetivação política transformativos de suas realidades sociais e econômicas.

Nessa perspectiva, visamos compreender as prisões simbólicas que perpassam o desenvolvimento das adolescentes em medida socioeducativa, as quais compõem 4% do total de jovens, segundo o Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2018). Atualmente existem alguns estudos que sinalizam sobre a realidade desse segmento, que até pouco tempo era invisível não apenas na literatura científica, mas também na organização dos espaços socioeducativos (BRITO, 2007; DUARTE; CARVALHO, 2013; DINIZ, 2017).

O retrato dessas adolescentes apresenta características semelhantes: são de classe socioeconômica empobrecida, baixa escolaridade, em sua maioria negras e pardas e em situação de negligência e abandono escolar. Iniciam-se precocemente em condutas infracionais, com familiares e amigos envolvidos com a problemática do tráfico de drogas e/ou na prática de outros atos infracionais. A maioria das adolescentes tem unicamente a mãe como provedora do lar (ASSIS; CONSTANTINO, 2001; FACHINETTO, 2008).

Processos de subjetivação que “aprisionam” mulheres

A condição das mulheres é construída por relações de poder, as quais podem ser mais opressoras conforme a relação entre gênero, condições socioeconômicas, de raça, entre outros fatores (LAGARDE, 2011). Zanello (2018), a partir de estudos na área de saúde mental, aponta caminhos diferenciados de subjetivação no tornar-se homem e mulher no Brasil, configurados no processo histórico e cultural do país. Segundo a autora, para as mulheres esse caminho seria marcado pelos dispositivos amoroso e materno.

O primeiro dispositivo implica em um processo no qual as mulheres se subjetivam pelo olhar de um homem que as “escolhe”. A metáfora é a de que as mulheres se

constituem na "prateleira do amor" (ZANELLO, 2018, p. 84). Essa prateleira é sempre mediada por um ideal estético, a saber: branca, loura, magra e jovem. Assim, é colocada em uma posição de ser escolhida, ou seja, é passiva nessa relação. Frisa-se que o fato de não ser escolhida se constitui como queixa de adoecimento mental por algumas mulheres, pois implica na sua desvalorização perante a sociedade (ZANELLO et al., 2015).

Vilhena et al. (2005) sublinham: com a consolidação da sociedade de consumo, ser bela deixou de ser uma característica física para ser um dever moral. Antes era considerada uma característica de algumas, mas tornou-se um produto a ser vendido nas vitrines do consumo, de forma que ser feia é quase uma proibição, como destaca Swain (2011). É um mote para não ser "escolhida", como também de exclusão social. Portanto, "mudar o corpo é mudar a vida e as intervenções estéticas decorrentes deste processo traduzem-se em gratificações sociais" (VILHENA et al., 2005, p. 126).

Nesse sentido, associa-se ao padrão de beleza os significantes de prazer, bem-estar e felicidade. Como aponta Zanello (2018), o dispositivo amoroso atribui aos homens o papel de avaliadores das mulheres. Assim, a beleza se firma como um capital amoroso ao qual não se deve renunciar e passa a ser um fator identitário significativo para o "tornar-se uma mulher". Nesse percurso, a mídia e os produtos culturais destinados às mulheres e às meninas são verdadeiras tecnologias de gênero (LAURETIS, 1984). Assim, o aspecto estético está fortemente interligado com o aspecto amoroso, visto que, implicitamente, a beleza padronizada para as mulheres tem como destino a troca amorosa e a obtenção de um matrimônio (SWAIN, 2011; PERROT, 2012; ZANELLO, 2018).

O outro dispositivo é o materno. Esse processo é marcado pelo hetero-centramento, no qual se demanda das meninas o exercício de priorizar as necessidades dos outros em detrimento das próprias demandas. Destaca-se que a educação voltada às mulheres até meados do século XX particularizou um ensino de como ser uma boa mulher, dona de casa, esposa, ter bons hábitos, higiene, pudor e espírito voluntário. Assim, as mulheres foram treinadas a viver na economia do controle sexual e das formas de expressão.

Esses caminhos subjetivos foram e são ainda naturalizados e internalizados pelas mulheres como forma constitutiva de suas subjetividades (ZANELLO, 2018) e enfatizados diariamente pelas tecnologias de gênero que criam, suscitam e instituem as representações de gênero, fazendo-se presentes na mídia, no cinema, nos discursos religiosos, científicos e também no senso comum, engendrando o que é ser mulher e o que é ser homem (DE LAURETIS, 1994).

Escola e Subjetivação política

O processo de escolarização colaborou para a instalação da adolescência como fase da vida (ARIÉS, 1981). A escola é, portanto, um lugar social construído para sujeitos inscritos na infância e na adolescência. Na perspectiva de Hanna Arendt (2001), essa instituição precisa acolher as crianças e adolescentes e a eles apresentar o mundo. Em outras palavras, a escola tem como papel oferecer o que foi construído em termos de cultura e de conhecimento ao longo da história e deixar que os estudantes possam questionar o já feito. O zelo, a profundidade na transmissão das disciplinas e o assentimento de questionamentos, por parte dos estudantes, em face da tradição que a escola representa, na concepção da filósofa, poderiam ser potencializadores para que estes exercessem suas capacidades críticas visando a construção de novas formas de existência, de sociedade e de estar no mundo. Desse modo, não caberia à escola um ideal fechado com vistas ao futuro, mas caberia a ela desencadear processos críticos em seus estudantes, de forma a se servirem desse conhecimento apropriado para transformações individuais e coletivas.

Subjetivação política é um termo utilizado por Rancière (1992) para explicitar como ocorre o tensionamento de cada um frente ao outro na busca pela igualdade de direitos. No Brasil, Castro (2008) pesquisou essa temática em crianças, adolescentes e jovens, relacionando-a aos contextos escolares. A política, não como organização, mas sim como uma visão crítica da sociedade, seria o significante que batiza o ingresso do jovem em uma outra vida em que pode ver com outros olhos. Ou seja, em que poderia olhar do individual para o coletivo. Nesse sentido, seria um processo, não necessariamente correspondente à aprendizagem de competências sociais e cognitivas para lidar com as questões conflituosas, nem com o acúmulo de hábitos para uma convivência melhor, mas sim correspondente a uma elaboração subjetiva ocasionada pelo tensionamento entre o querer imediato e a ação coletiva (CASTRO; MATTOS, 2009).

Para Castro (2008) essas configurações provocam “rupturas de ‘baixo para cima’, implodindo fronteiras e identidades e deslocando a noção do político para as margens do que é convencionalmente concebido como tal” (p. 254), sendo a participação nesses processos ainda no tempo da infância e adolescência também uma possibilidade de

reinvenção do laço social. Esses sujeitos, na vida urbana, igualmente são envolvidos em relações desiguais, econômicas, sociais e de poder, como também se deparam em seus cotidianos “com um outro diferente dos pais e dos familiares, convocando-os a compreender e dar conta de vínculos que os unem, ou não, a esses outros — diferentes, estranhos, próximos e distantes ao mesmo tempo” (p. 254). A subjetivação política difere, deste modo, de qualquer concepção inserida em uma lógica desenvolvimentista teleológica e racional, com requisições de um aprendizado prévio político para a cidadania plena ocorrer em um momento posterior (CASTRO; MATTOS 2009; CASTRO, 2008; CASTRO, 2009)

Segundo Legnani, Almeida e Beleza (2016), a escola é um local que deveria oportunizar processos de subjetivação política transformativos, sobretudo nas instituições com níveis de violência e fracasso escolar mais problemáticos. Segundo as autoras, é necessário retomar as discussões sobre o caráter político da finalidade da educação, no que tange às suas funções de transformação social e de resistência em face dos ditames do capitalismo avançado. Prosseguem destacando que nas instituições escolares as situações conflituosas em torno do que comparece como diferente são corriqueiras e cotidianas e, se as escolas exercitassem as trocas discursivas, convocando os estudantes como parceiros sociais para pensar e enfrentar suas questões subjetivas articuladas aos problemas objetivos que os acometem coletivamente, poderia ter maiores chances em produzir responsabilização e uma maior abertura à alteridade.

No entanto, a escola insiste em trabalhar com o ideal de aluno de classe média, ignorando a realidade socioeconômica da maioria do povo brasileiro. Assim, transmite valores, conteúdos e hábitos majoritariamente das classes mais abastadas, não contemplando, e muito menos questionando, assuntos de cunho social como a violência na periferia, luta de classes e os marcadores culturais de gênero e étnico-raciais. Esse distanciamento de realidade leva, por exemplo, muitos/as adolescentes em conflito com a lei a questionarem a validade dos conteúdos aprendidos e a linguagem adotada pela escola, a qual não “fala uma língua” em que se sintam inseridos (SANTOS; LEGNANI, 2019; CARVALHO, 2011; DIAS, 2011).

As escolas, tradicionalmente, reproduzem no dia a dia escolar os estereótipos de gênero. Assim, impedem reflexões importantes sobre tais questões, as quais submetem meninas e meninos aos ditames da sociedade de consumo. Esses questionamentos, que já vinham sendo esvaziados, hoje se apresentam mais acentuados pela ação de grupos conservadores que os denominam como “ideologia de gênero”. Essa concepção não

aprofundada e desprovida dos dados de realidade sobre as questões de gênero agrava várias questões, entre elas a vulnerabilidade das adolescentes das camadas empobrecidas da população brasileira com históricos de fracasso em seus processos de escolarização.

O processo de escolarização dos/das adolescentes do sistema socioeducativo

Pesquisadores mostram que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa reconhecem a importância da escola, mas não a entendem como uma possibilidade para a construção de um futuro profissional e muito menos como um espaço de pertencimento, pois as práticas delituosas parecem ser muito atraentes, especialmente para aqueles que não têm expectativa de futuro financeiro; assim, projetam no crime a crença de ganhos mais rápidos e fáceis (PENSO et al., 2012).

De forma geral, pesquisas mostram a escolarização de adolescentes inseridos no sistema socioeducativo perpassada pelo fracasso escolar, baixa escolaridade, evasão, repetência, mudanças de escola, expulsão, distorção série/idade, especialmente nos anos do ensino fundamental (BAZON et al., 2013; DIAS, 2011). Outros apontamentos mostram a conduta de muitas escolas públicas com um movimento contínuo de exclusão de alunos com histórico de atos infracionais (SANTOS; LEGNANI, 2019; PADOVANI; RISTUM, 2013; CARVALHO, 2011; DIAS, 2011).

Os adolescentes utilizam da linguagem do momento social para construir um lugar no mundo. Conforme ressalta Bauman (2008), o consumo é um estilo de vida e garantia de inclusão social na sociedade contemporânea, em particular para os adolescentes. Nesse contexto, há uma forte relação entre a escola e o sistema de ideias que rege a engrenagem do consumo, pois ambos apresentam uma noção de superação das condições sociais. No entanto, essa “superação” é perpassada por contradições que não passam incólumes a esses estudantes. Segundo Baudrillard (2009, p. 58), “como a escola, o consumo é instituição de classe: não só na desigualdade perante os objetos (...) nem todos possuem da mesma maneira, nem todos têm idênticas possibilidades escolares”.

Assim, de forma geral, a escola brasileira se recusa a pensar e a discutir os embates intrínsecos relativos às interseções entre as diferenças nas classes socioeconômicas e a lógica do “consumo”, como também abdica de articular essas questões com as de gênero e

com as étnico-raciais. Visa a adaptação à sociedade de consumo, tomando-a como parâmetro de inclusão social. A conflitualidade em torno da promessa de igualdade é vista como algo a ser apagado, pois sua presença comparece como o avesso de ajustamento ao sistema. Faz essa recusa alegando que as discussões críticas em torno de tais questões ultrapassam a função da escola, como se o sistema escolar estivesse apartado da própria sociedade.

O sistema socioeducativo repete essa lógica educativa adaptativa e raramente representa para os/as adolescentes em conflito com a lei uma real oportunidade para que se impliquem em mudanças que ultrapassem o âmbito individual. Ambas as instituições perdem com essas posturas a chance de canalizar por outras vias a revolta inerente ao ato infracional. A seguir, com a apresentação dos dados deste estudo e por meio das falas das adolescentes, poder-se-á clarificar a complexidade que reside nas interseções supracitadas.

Isso posto, retomaremos o tema que concerne a este trabalho: as questões de gênero no tempo da adolescência, articulando-as com as coordenadas sociais de nossa cultura. Os estereótipos de gênero são apreendidos no discurso dos professores, na adoção de livros didáticos, no preparo de eventos culturais, entre outros (LOURO, 2000). Essa conduta também é vista nas unidades socioeducativas em que a manutenção de códigos patriarcais baliza a invisibilidade das adolescentes inseridas nesse sistema (DINIZ, 2017). Utilizam, para tanto, a tradição repressiva-assistencial, principalmente nas unidades privativas de liberdade. Essa violência institucional, por sua vez, incita um sentimento de injustiça nos/nas adolescentes, o que ecoa no assentimento subjetivo sobre o próprio ato (PEDRON, 2012; MONTE; SAMPAIO, 2011).

Segundo Pedron (2012), algumas poucas unidades socioeducativas já realizam um trabalho que problematiza a responsabilização do adolescente, por meio de um exercício de pensar o cometimento do ato, a elaboração de projetos de vida, o agenciamento de cidadania, entre outros. Ou seja, procuram se adequar ao que Sinase (2006) propõe para os/as adolescentes em conflito com a lei, que é uma educação para os direitos humanos, visando a emancipação (PULINO, 2016).

É fundamental que o adolescente ultrapasse a esfera espontânea de apreensão da realidade para chegar à esfera crítica da realidade, *assumindo conscientemente seu papel de sujeito*. Contudo, esse processo de conscientização acontece no ato de ação reflexão. Portanto, as ações socioeducativas devem propiciar concretamente a participação crítica dos adolescentes na elaboração, monitoramento e

avaliação das práticas sociais desenvolvidas, possibilitando, assim, o exercício — *enquanto sujeitos sociais* — da *responsabilidade, da liderança e da autoconfiança* (2006, p. 47).

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Utilizou-se de entrevistas individuais e de grupos de discussão. Para análise dos dados, utilizou-se da Análise de Conteúdo, segundo Laurence Bardin (2011).

Participantes

As participantes tinham de 15 a 19 anos de idade. O contato com as adolescentes ocorreu em uma unidade socioeducativa localizada no Distrito Federal. Todas eram oriundas de classes empobrecidas e a maioria tinha evadido do sistema escolar.

Procedimentos éticos e de coleta de dados

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade de Brasília, por meio do Protocolo nº 993.671/2016, CAEE: 39200114.1.0000.5540, bem como autorizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. As adolescentes que aceitaram participar da pesquisa tiveram o termo de assentimento assinado pelos seus responsáveis. Foi-lhes garantido o sigilo de sua identidade, inclusive de que não seria revelado o nome da instituição em que cumpriam a medida socioeducativa, a pedido das próprias adolescentes. Os nomes a serem apresentados são fictícios para resguardar a identidade das participantes.

Os caminhos da pesquisa

No primeiro encontro, a partir de uma atividade de apresentação que consistia na elaboração de crachá individual com caricaturas, desenhos, nomes e frases para que se

representassem, as participantes utilizaram adesivos de princesas, Barbie, escritas livres como “sou linda, “sou princesa”, etc. Considerando, então, o conteúdo dessa apresentação, no encontro seguinte foi trabalhada a concepção das adolescentes sobre “o que é ser mulher”.

Com base na escuta das falas e, por meio da Análise dos Conteúdos, foram construídas 4 categorias de análise: **1. Mulher é princesa; 2. Consumo e ideal estético; 3 Não dá para ficar no salto o tempo todo e 4. Relacionamentos afetivos: proteção ou risco?**, as quais exporemos resumidamente a seguir.

Resultados e discussão

Categoria 1: mulher é princesa

Essa categoria elucida a concepção das adolescentes sobre o que é ser mulher. Para elas, princesas são meninas até os vinte anos aproximadamente; rainhas representam suas mães e outras mulheres mais velhas. Também alude à mulher que sabe se “portar” (sexualmente), que se mostra meiga, cuidadosa com o outro e consigo mesma.

Lilian explicou que mulher é “ser filha, mãe, sincera, digna, cuidar da sua família, trabalhar, ajudar o próximo, fazer tudo o que é bom!”. Melina, adolescente cuidadora do sobrinho e dos próprios irmãos, apontou que “mulher é mãe que cuida, que zela, é boa, sincera”. Como vimos, a ênfase no verbo “cuidar” é uma ação atribuída às mulheres, independentemente da idade. Foi naturalizada historicamente, mas sem que tivessem reconhecimento e valorização por esses esforços (ZANELLO, 2018).

O comportamento sexual foi outro aspecto apontado pelas adolescentes: “A mulher não pode ser piranha!”. “Não, ela não pode ser fácil!”. “Se for a mulher garanhona, é discriminada e muito!”. Essa fala, por sua vez, expressa valores de uma cultura que outorga a satisfação e o desempenho sexual (quantidade de relações) como uma característica natural e instintiva do homem, que não é controlável e não requer renúncia. Ao contrário, é marca de virilidade.

Diante destas falas, foi questionado como deve se comportar a mulher, tendo em vista os atributos mencionados. Pergunta à qual responderam de forma enfática que “Mulher é saber se colocar no seu lugar!” Esses lugares são reforçados pelas tecnologias de gênero, inclusive pelas letras de músicas de rap, nas quais a mulher é “Cinderela da favela”

e “princesa maloqueira”. A conotação da mulher nessas músicas é comumente: linda, ingênua, amorosa, responsável pela harmonia e felicidade da casa, ou seja, dentro dos dispositivos de gênero.

Categoria 2: consumo e o ideal estético

Preocupações em arrumar os cabelos, pintar as unhas, estar bem vestida e retomar a academia foram bastante comentadas nos encontros, nos momentos mais informais. “Vou precisar sair mais cedo, tenho que escovar meu cabelo e fazer maquiagem para a entrevista que farei mais tarde”. “Hoje, nós precisamos sair mais cedo, temos que escovar os cabelos, temos aula”.

Ressalta-se que o dia dos encontros coincidiram com o “dia da beleza”, dia em que podiam ter um cuidado pessoal diferenciado. Enquanto uma escovava os cabelos de algumas, outras tomavam banho, pintavam as unhas, delineavam as sobrancelhas, em uma atividade exercida coletivamente.

Segundo Serrano-Baquín et al. (2018) o cabelo, assim como o corpo e a nudez são três aspectos centrais para se pensar na violência simbólica que experimentam as mulheres. Os autores trazem registros históricos para demonstrar como o cabelo da mulher abre margens para preconceitos e julgamentos. Nessa perspectiva, a estética é uma forma perversa de incluir ou excluir mulheres.

Nas entrevistas individuais, foi comum entre as adolescentes a afirmação de que adentraram na criminalidade, tendo em vista as possibilidades de ganho fácil para obter bens de consumo destinados a “sentirem-se bem”. Apareceram os temas da ostentação e do uso de produtos femininos (e que vendem a ideia de “feminilidade”). Jordana, por exemplo, nos disse: “Eu gosto muito é de comprar, ostentar! Ter roupas das melhores marcas”.

Nesse sentido, o consumo proporcionava às adolescentes a sensação de inclusão social, na medida em que se inseriam no ideal estético mercadológico, pois se tornavam um “objeto reluzente” para ser apreciado. Bruna sublinhou sobre seus atos infracionais: “Para luxar, para comprar roupas, perfumes, tudo isso, eu amo”.

Sabemos, desde a implantação do sistema socioeducativo, ser o desejo de se ter objetos das vitrines da sociedade do consumo o motor para as condutas infracionais na adolescência, mas a construção dos dados do nosso estudo mostra que há um recorte de gênero presente nessas motivações, o qual é desconsiderado nas escolas e, também, muitas vezes, no próprio sistema socioeducativo. Vimos que as adolescentes entrevistadas, em sua

maioria, haviam evadido de suas unidades escolares, mas, quando estavam lá presentes, podemos nos perguntar se elas tiveram oportunidades para fazer reflexões críticas acerca da sociedade de consumo e do rígido ideal estético acerca da beleza feminina.

Essas reflexões foram possíveis, para algumas, ao adentrarem o sistema socioeducativo. Como expressa Lilian, quando questionada sobre o uso do dinheiro obtido mediante o tráfico de drogas: “Para gastar com besteira: festas, roupas, mas não precisa de isso tudo não!”. A jovem completa que o sofrimento, a violência por ela vivenciada desde que entrou na criminalidade e posteriormente as oportunidades visualizadas no sistema socioeducativo levaram a repensar sobre suas reais necessidades de consumo. Deste modo, a busca por estar dentro dos padrões estéticos colocou as adolescentes no cativado do consumo e, conseqüentemente, foram levadas a outro cativado: o do sistema socioeducativo.

Diante do exposto, percebe-se que o ideal estético é o que mais engendra as adolescentes nas condutas infracionais. É diferente, portanto, do padrão das mulheres adultas, as quais, além da busca estética, adentram os caminhos da criminalidade para auxiliar os parceiros nos crimes.

As concepções das adolescentes entrevistadas dão provas de que o olhar da sociedade para as mulheres é referente à beleza e, para elas, esse atributo se correlaciona com a educação, a inteligência, o ser meiga, como vimos nas falas iniciais supracitadas. Esse ciclo precisa ser rompido nas escolas por meio de processos de subjetivação política transformativos, pois:

O consumo se tornou, no projeto de uma sociedade líquida e descartável, a energia desestabilizadora dos valores da solidariedade e responsabilidade, e continua fortalecendo a dinâmica egoísta e individualista, aspectos que exigem, cada vez mais, o despertar do desejo consumista (NEVES JÚNIOR et al., 2018, p. 168).

Categoria 3: não dá para ficar no salto alto o tempo todo

A nomeação dessa categoria decorre de uma metáfora usada por uma das adolescentes. Ao comentar o dia a dia nas condutas infracionais:

“Assim, não dá para ficar em cima do salto o tempo todo, tem uma hora que seu pé vai doer e você vai sair de cima do salto. Aqui também é assim, não é o tempo todo que você consegue ser meiga! Tem uma hora que você vai ter de ser bruta mesmo.”

E ainda: “Ah, mas nessa parte, a gente não quer ser meiga não!”.

A metáfora do salto é interessante, pois aponta para um objeto indumentário específico para as mulheres que opera como fetiche em nossa cultura, atrelando-se aos significantes de feminilidade e de sedução. Aponta também para a ambivalência de ser “mulher” e ter (e ter que ter) performances que não se inscrevem neste *guide*. Compreende-se que as meninas expressam que não dá para ser “A” mulher o tempo todo, segundo os estereótipos de gênero. Há momentos em que irão romper com esses modelos pelo uso da agressão e da violência física para obterem o que desejam. Ressalta-se que as adolescentes são de classes populares, com baixa escolarização e em sua maioria negras, logo estão dentro dos segmentos que mais sofrem discriminação por parte da sociedade. Percebem no crime uma forma de visibilidade social, porém sem deixarem de se colocar no lugar da mulher, esculpido pela sociedade, como relatam: “A gente evita falar gírias perto de homens da sociedade, vou falar logo assim? Nunca que a gente fala gíria!” (Lilian).

“Imagina eu chegar na minha família, caralho tia, eu acabei de cheirar ali, vamos ali buscar um quilo de pedra e tal! Peguei outro de facada! O bagulho ficou foi doido. Moço! Minha família vai me olhar assim, caramba, por onde essa foi?” (Jordana)

A reflexão de Jordana mostra que não querem ser identificadas pela sociedade como violentas, agressivas, pois parecem reconhecer que esse é um lugar que exclui: “A gente tem nossa capa, a gente leva pelo menos a capa! A gente tá na chuva é para se molhar, a gente leva pelo menos a capa ou pelo menos o guarda-chuva”. Novamente, como na metáfora do salto alto que precisa ser abandonado, dependendo da situação, evidencia-se que o gênero é performance (BUTLER, 2003). As adolescents, ora se colocavam como “meigas”, ora se empenhavam agressivamente para conseguir o que desejam.

Categoria 4: Relacionamentos afetivos: uma nova posição?

Essa categoria foi construída para problematizar até que ponto os relacionamentos afetivos estabelecidos pelas participantes seriam fatores de proteção ou de risco, considerando que os companheiros por elas mencionados também estavam em condição de restrição judicial.

“Não, porque para mim, mulher tem que ser independente! Ela não pode depender de um homem para dar uma roupinha para ela, nem um calçado, nem uma comida, nem nada, nada! Eu acho que é por

causa da minha mãe, sabia? Ela nunca dependeu do meu pai para nada.” (Jordana)

Conforme apresentado, é comum na vida dessas adolescentes a ausência paterna, a qual amplia o ideal em torno da figura materna. Em outras palavras, o lugar de mãe é o de “salvadora”. Nessa perspectiva, não aceitavam a ideia de dependência, como também frisaram não suportar mulheres que se “permitiam” a violência doméstica: “homem nenhum me atribula! Eu não tenho medo de homem nenhum. Se um homem querer vir me oprimir, ele que sai oprimido” (Melina).

Também não aceitavam que namorados e maridos interferissem nas práticas infracionais:

“Por isso que eu terminei com esse meu namoradinho. Eu o conheci na vida e aí queria que eu parasse de um dia para o outro e não é assim! Então, cada um foi para o seu lado e foi viver sua vida” (Jordana).

E Laura: “Ele traficava também, mas não gostava que eu traficasse, mas eu não estava nem tum! A gente discutia! Já com o outro namorado que tive, eu não vendia droga, ele não deixava de jeito nenhum”. Assim, este estudo com as adolescentes permitiu desmistificar a ideia de que muitas mulheres adultas se engajaram na criminalidade pela via do dispositivo amoroso, ou seja, para ajudar seus companheiros. Deste modo, a pesquisa aproximou-se da discussão feita por Abramovay et al. (2010), cujos resultados apontam que muitas adolescentes já faziam uso de drogas quando conheceram seus companheiros, assim como se recusavam a ser dependentes de homens. Também se assemelhou à realidade discutida por Duarte e Carvalho (2013), em que o desejo pelo consumo associado ao uso de drogas e amizades foram preponderantes para a entrada nos meandros das práticas infracionais. A maioria delas referiu ter seu próprio espaço na delinquência. Algumas, inclusive, utilizando de homens como “aviãozinho, laranjas”.

Em suma, esta pesquisa aponta que a entrada das adolescentes nas condutas infracionais ocorreu de forma precoce, por volta dos 11 ou 12 anos de idades e foi o desejo de inclusão social via consumo o disparador para essa situação de risco e de vulnerabilidade. Segundo Duarte e Carvalho (2013), a invisibilidade das adolescentes não só implica nesses envolvimento, como também em um prolongamento nas práticas infracionais, pois vão se constituindo nesse lugar sem que ninguém as perceba. Lugar

social que as expõe a vários tipos de violência, e o que parecia ser, para elas, a chance de “empoderamento”, torna-se mais um cativeiro em suas vidas adolescentes.

Alguns apontamentos para discutir e concluir

Esta pesquisa pretendeu apresentar, sob uma perspectiva de gênero, o engajamento das jovens no envolvimento com a criminalidade. Compreende-se que as adolescentes visualizaram nas práticas infracionais oportunidades de obter o que lhes é oferecido de forma ininterrupta como produto pela sociedade de consumo. Desejam bens, *status* e poder, sem, contudo, deixarem de se colocar como “femininas”, tendo, pois, preocupações com os moldes dados às mulheres — estéticos e culturais da sociedade. É importante sublinhar que, mesmo apresentando atitudes agressivas, compreendidas pela sociedade como condutas de homens, tal envolvimento na criminalidade não se configura, necessariamente, como uma forma de questionamento dos papéis de gênero, pois as falas das entrevistadas reafirmam a estética mercadológica como o caminho de inclusão social das mulheres.

Estudos e pesquisas anteriores demonstraram a indiferença da escola com esse segmento (SANTOS; LEGNANI, 2019). O fracasso escolar dessas alunas trazia em seu histórico uma invisibilidade até serem vistas e excluídas dessas instituições pelas suas ações agressivas. Assim, considera-se fundamental que espaços de discussão e cuidado a adolescentes estejam presentes no dia a dia escolar. Entende-se que os processos de subjetivação política podem levar a reflexões sobre o lugar da mulher na sociedade e construir caminhos de empoderamento possíveis, protetivos em relação à violência que rodeia essas adolescentes cotidianamente.

Portanto, é necessário um redimensionamento da forma como a escola vem tratando as questões de gênero, quando se atrela tal questão apenas ao embate das mulheres com os homens na busca de igualdade. Embate importante, obviamente, pelos níveis de violência que ainda recaem sobre as mulheres, em particular quando oriundas das classes sociais mais desfavorecidas. No entanto, este trabalho mostra que há uma violência estrutural que aprisiona e mercantiliza os corpos e, nesse sentido, considera-se a criticidade advinda nas escolas um contraponto para se desconstruir as questões que aqui

levantamos, em particular as relativas às demandas inatingíveis e excludentes da sociedade de consumo que recaem, sobretudo, sobre as adolescentes e mulheres.

A subjetivação política no interior das instituições educativas e socioeducativas pressupõe que a conflitualidade e a realidade das diferenças sociais, econômicas, de gênero e étnico-raciais não devem ser silenciadas. Tampouco podemos pensar nessas instituições unicamente voltadas ao ajustamento ao que está estabelecido. Pelo contrário, entendemos que, por meio de um trabalho interdisciplinar com educadores, psicólogos, assistentes sociais, entre outros, todas as diferenças precisam ser trazidas à tona dentro do intercâmbio das palavras para que se possa questionar a servidão aos mecanismos de controle social. Entendemos que esses questionamentos podem ser úteis para as adolescentes repensarem os motivos que as levaram às práticas infracionais.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam et al. **Gangues, gênero e juventude**: donas de rocha e sujeitos cabuloso. Brasília: Kaco, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vana-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/secretaria-de-direitos-humanos/gangues-genero-e-juventude-donas-de-rocha-e-sujeitos-cabulosos/view>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARIÉS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ASSIS, Simone Gonçalves.; CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo** — a infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAZON, Marina Rezende et al. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em revista**, v. 29, n. 2, p. 175-199, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982013000200008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2020.
- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Corpo, sexualidade e Gênero**: uma história da justiça de menores em Brasília 1960 – 1990. Tania Navarro Swain. 145 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação Política e Juventude: Fazer mal-estar à responsabilização Frente ao destino Comum. **Revista de Sociologia e Política**, 16 (30), p. 253-268, 2008. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100015&lng=en&tlng=pt.%2010.1590%20/%20S0104-44782008000100015. Acesso em: 02 mar. 2019.

CASTRO, Lúcia Rabello de.; MATTOS, Amana Rocha. O que é que a política tem a ver com a transformação de si: Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Anál. Social**, n. 193, p. 793-823, 2009. Disponível em:
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732009000400007. Acesso em: 07 dez. 2019.

PEDRON, Luciana da Silva. **Entre o coercitivo e o educativo: uma análise da responsabilização socioeducativa na internação de jovens em conflito com a lei**. Orientador: Ana Lydia Bezerra Santiago. 110 f. Dissertação, Mestrado em Educação Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte 2012. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8ZLM5K>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MONTE, Franciela Félix de Carvalho; SAMPAIO, Leonardo Rodrigues. Práticas pedagógicas e moralidade em unidade de internamento de adolescentes autores de atos infracionais. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 368-377, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200019&lng=en&nrm=iso>. access em 18 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200019>

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa. B. (Orgs.). **Tendências e impasses — o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241.

DIAS, Aline Fávero. **O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola**. Elenice Maria Cammarosano Onofre: 169f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

DINIZ, Debora. **Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal**. Brasília: Letras Livres, 2017. Disponível em:
http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/Anis-Meninas-fora-da-lei-2017-2.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.

DOS SANTOS, Elen Alves; LEGNANI, Viviane Neves. Construção Social do Fracasso Escolar das Adolescentes em Conflito com a Lei. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 12, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932019000100111&script=sci_abstract. Acesso em: 10 dez. 2019.

DUARTE, Vera Mônica; CARVALHO, Maria João Leote de. “(Entre) olhares sobre delinquência no feminino”. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 28, p. 31-44, jun/jul. 2013.

Disponível em: [www](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200004&lng=pt&tlng=pt).

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 mai. 2019

FACHINETTO, Rochelle Fellini. **A Casa de Bonecas**: um estudo de caso sobre as adolescentes privadas de liberdade no Rio Grande do Sul. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: Coordinación General de Estudios de Posgrado, UNAM, 2011.

LEGNANI, Viviane Neves et al. Processos de subjetivação política nas escolas: Relatos de experiências em mediação social. **Mediação, simbolização e espaço grupal**: Propostas de intervenções com adolescentes vulneráveis, v. 1, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/rest/DownloadWatermarkedAttachment>. Acesso em: 20 dez. 2019.

LOURO, Guaciara Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n.2, 2000.

NEVES JÚNIOR, Idalberto José das et al. Juventude: entre o Preço do Consumo e o Valor do Compromisso. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 44, p. 161-176, 2018. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/2419/47966028>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 4, p. 969-984, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270484991_A_escola_como_caminho_socioeducativo_para_adolescentes_privados_de_liberdade. Acesso em: 12 abr. 2019.

PENSO, Maria Aparecida et al. **Jovens pedem socorro**: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual. Brasília: Liber/Universa, 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PULINO, Lucia Helena Cavasin Zabotto. Tornar-se humano e os direitos humanos. In: PULINO, Lucia Helena Cavasin Zabotto, et al. (Org.). **Educação em e para os Direitos Humanos**. BRASÍLIA: Paralelo 15, 2016, 20-55.

RANCIÈRE, Jacques. Politics, identification, and subjectivization. **October**, v. 61, p. 58-64, 1992.

SWAIN, Tânia Navarro. Diferença sexual: uma questão de poder. In: I SIMPÓSIO DE GÊNERO E LITERATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2011, Ceará, Brasil. **Anais**.

VILHENA, Junia et al. A violência da imagem. A estética, o feminino e a contemporaneidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 111-146, mar. 2005. Disponível

em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482005000100006. Acesso em: 18 nov. 2019.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska et al. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 238-246, set/dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922015000300238&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 nov. 2019.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Flávia Lomba Costa e Vivian Alves dos Santos.*

Submetido em 28/09/2019

Aprovado em 05/02/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)